



**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico  
**Evento:** 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

## EDUCAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO<sup>1</sup>

Walter Frantz<sup>2</sup>, Maristela Borin Busnello<sup>3</sup>, Ana Righi Cenci<sup>4</sup>.

<sup>1</sup> Pesquisa vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Educação nas Ciências, UNIUI

<sup>2</sup> Professor do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências, UNIUI

<sup>3</sup> Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Educação nas Ciências, UNIUI

<sup>4</sup> Bolsista PIBIC/CNPq, UNIUI

**Resumo:** O objeto da pesquisa é a problemática da organização cooperativa. Visa estudar a educação em organizações cooperativas, através de pesquisa bibliográfica que permita a interlocução com diferentes autores. A prática da cooperação exige de seus sujeitos e atores uma comunicação de interesses e de objetivos, a respeito do qual desejam falar, debater e decidir. Nessa dinâmica, institui a importância do diálogo como um de seus meios de gestão e, assim, potencializa um processo social de educação. O sentido pedagógico de suas práticas aparece de forma difusa, associado a processos de comunicação, de interação, entre os atores da cooperação. As práticas cooperativas podem ser espaço privilegiado de interação educativa, seja pelo diálogo sobre a cooperação em si, ou seja, pelo debate sobre as contradições inerentes a essas práticas, em meio a um contexto de economia, pautada pela concorrência e pela busca da remuneração do capital.

**Palavras-chave:** Movimento cooperativo, cooperativa, educação para a cooperação

### Introdução

O campo da pesquisa foi constituído, a partir do envolvimento com o movimento cooperativo e suas práticas. A experiência e a observação das práticas de cooperação suscitaram a curiosidade de investigar questões inerentes à organização e funcionamento de cooperativas, tais como: educação, participação, poder, controle social etc. São questões que pedem interlocução com a comunidade científica, desafiando leitura e reflexão. Aqui, a problemática da educação para a cooperação é a questão central do estudo.

O interesse pela pesquisa sobre cooperativismo nasceu da necessidade de reflexão sobre a prática, de “iluminar” a prática pela interlocução com referenciais teóricos e do interesse de teorizar, a partir da experiência. Escreve Dubet (1994, p. 95) que “a experiência é uma actividade cognitiva, é uma maneira de construir o real, e, sobretudo, de o <<verificar>>, de o *experimental*. [...] uma maneira de construir o mundo”.

Especialmente, tendo como referência o pensamento de Paulo Freire, busca-se contribuir à reflexão e compreensão desse processo social, em organizações cooperativas. A hipótese orientadora dessa busca reside no pressuposto de que o diálogo entre os associados a respeito de seu projeto cooperativo pode construir a conscientização necessária à participação





**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

política dos associados, isto é, a constituição de um saber e um poder de gestão participativa. De acordo com Guareschi (2008, p. 165), para Freire “empoderamento está intimamente ligado à conscientização [...] é resultado de uma *práxis* de reflexão e de inserção crítica” em determinada realidade social – aqui, as práticas cooperativas. A participação política dos associados é condicionada pela sua conscientização em relação ao ato cooperativo. Afirma Freitas (2008, p. 99): “A conscientização, compreendida como processo de criticização das relações consciência-mundo, é condição para a assunção do comprometimento humano diante do contexto histórico-social”. Nesse processo se dá a educação como algo construído em relação às necessidades, interesses e objetivos dos associados. Portanto, o objeto de pesquisa é a problemática da educação em organizações cooperativas.

### **Metodologia**

Estudo bibliográfico sobre educação e organizações cooperativas, analisando e interpretando a dinâmica de suas relações.

### **Discussão**

A cooperação é um fenômeno da existência e interação humanas. Historicamente, acontece em diferentes lugares e de diversos modos. As cooperativas surgem do mundo da economia, na dinâmica de suas relações de trabalho, pela luta a favor de quem trabalha. Para Boettcher, segundo Frantz (2002, p. 78) a cooperação é uma ação consciente e combinada entre sujeitos com vista a um determinado fim, isto é, um fim econômico, na qual as atividades individuais dos sujeitos envolvidos são coordenadas, através de negociações, discussões, arranjos e acordos. Sob esses aspectos, pode-se dizer que são fenômenos sociais com características associativas e de instrumentalização de quem coopera no processo de produção e de distribuição de bens e serviços.

Esse *locus* tem o sentido de produzir entendimento em relação ao ato cooperativo entre os cooperantes. O êxito da cooperação como processo associativo depende da compreensão e da afirmação dos associados como sujeitos históricos e da instrumentalização da sua inserção ao sistema maior, buscando o êxito do empreendimento cooperativo na interação econômica com os demais agentes do mercado. A partir de Habermas, pode-se também dizer que esse *locus* ora é ordenado pelo agir estratégico, voltado ao êxito do empreendimento cooperativo, ora pelo agir comunicativo como um mecanismo de coordenação de interações associativas e de ações cooperativas.

Em função das limitações de seus associados, suas necessidades, seus interesses e aspirações em uma economia de consumo, sempre mais atraente, as estruturas operacionais de cooperação são, facilmente, inseridos no sistema de poder dominante, certamente, com algumas vantagens. Pode-se observar que, como estruturas produtivas de grupos isolados as organizações cooperativas, são facilmente cooptadas, em grande parte, pelo sistema dominante, mediante a oferta de vantagens competitivas. A tendência à cooptação pode ter sido favorecida pelo movimento anticapitalista de inspiração liberal que orientou a formação



**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

de organizações cooperativas de pequenas economias familiares independentes, instrumentalizadas pelo sistema hegemônico (VESTER, 1975, p. 241).

Entretanto, hoje, especialmente, junto às camadas sociais de menor renda, a organização cooperativa, através de iniciativas de economia solidária recobra importância social e econômica, buscando inserção na estrutura social e evitar a exclusão social. A economia solidária pode ser caracterizada como um esforço de construção de uma alternativa à produção e de sua distribuição sob a lógica do capital, isto é, no lugar dos interesses do capital buscam-se afirmar a primazia da centralidade humana, as necessidades de quem produz (MARÉCHAL, 2000). Os seres humanos se humanizam pelo reconhecimento solidário e cooperativo do outro. A marca forte de um processo civilizatório mais humano é a substituição das relações instintivas de concorrência pelas relações de respeito, de solidariedade e de cooperação entre os seres humanos e destes com a natureza, com a vida em geral.

Portanto, renova-se como capacidade de reação e organização da sociedade civil, diante dos desafios que as transformações tecnológicas e o poder econômico-financeiro impõem, especialmente, ao mundo dos trabalhadores. Assim, para além de sua afirmação como instrumento de organização econômica, o movimento social pela cooperação passa a assumir dimensões que vão além das questões econômicas. Nesse sentido, os processos sociais de organização cooperativa incorporam questões sociais, políticas e culturais. Por parte de associados, existe também uma percepção política do movimento cooperativo (FRANTZ, 2009, p. 146-147). A cooperação é buscada como uma reação ao risco de exclusão, marginalização ou opressão/exploração no contexto maior da interação econômica. Os objetivos da cooperação, junto aos que lutam por alternativas à tendência de exclusão, instituem a importância do diálogo como um de seus meios de gestão e, conseqüentemente, potencializa a concretude de suas práticas como um processo social de educação, isto é, de educação popular.

A educação como uma prática social aparece como uma interação dialógica entre sujeitos que, no caso da cooperação, buscam construir soluções para seus problemas comuns. Diz Marques (1996, p. 14) que “a educação se cumpre num diálogo de saberes [...] na busca do entendimento compartilhado entre todos os que participam da mesma comunidade de vida, de trabalho, de uma comunidade discursiva de argumentação”.

Na organização social cooperativa, a educação acontece, através da participação política, pelo diálogo de saberes a respeito das práticas de cooperação, não apenas pela troca de informações ou pela aceitação das proposições dos outros, mas pela busca crítica do entendimento daquilo que acontece entre as pessoas envolvidas na cooperação. No caso de uma organização cooperativa, o diálogo, no espaço da associação, isto é, entre os associados, é fundamental à produção de uma consciência crítica que instrumentalize o seu poder de controle social.

Para Freire, segundo Zitkoski (2008, p. 130), “o diálogo é a força que impulsiona o pensar crítico-problematizador em relação à condição humana no mundo. Através do diálogo podemos *dizer o mundo* segundo nosso modo de ver”. Portanto, a educação para a



**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

cooperação, voltada à organização e funcionamento de uma cooperativa, pode ser definida como uma ação “entre sujeitos”, que buscam construir acordos, influenciando-se em idéias e modos de pensar comuns, favoráveis à natureza da prática cooperativa. Assim, as práticas econômicas da cooperação, por suas características sociais, culturais e políticas, permitem desenvolver processos de processos de educação. A instituição de um processo de educação pelo diálogo entre os associados se dá como uma condição inerente e indispensável à organização e ao funcionamento da cooperativa. Afirmar Dubet (1994, p. 33) que “para que o actor actue, importa [...] que ele tenha integrado na sua personalidade as razões de agir e de desejar os fins comuns”. Isto é, a educação como processo pedagógico deve conduzir à conscientização a respeito do fenômeno social da cooperação e da capacitação de seus atores ao controle social da organização e funcionamento da cooperativa. Certamente, aqui nasce um dos maiores desafios à educação para a cooperação, especialmente, se for compreendida como educação popular.

De acordo com Torres (2008, p. 13-14) não existe uma única compreensão ou definição de educação popular. Entretanto, o autor aponta algumas características que podem formar um núcleo comum: uma leitura crítica da ordem social vigente, uma intencionalidade política emancipadora, uma contribuição ao fortalecimento dos setores dominados como sujeitos históricos capazes de promover a transformação social, a construção e o emprego de metodologias educativas dialógicas, participativas e ativas.

Enfim, a educação popular tem suas raízes na luta pela promoção das necessidades e interesses das camadas populares, isto é, das camadas sociais menos favorecidas. Pode-se reconhecer que esse “fundo histórico” faz a “ligação” entre o movimento cooperativo e a educação popular. Portanto, revela a importância da afirmação da educação popular como instrumento de controle social, de gestão política, das iniciativas cooperativas, especialmente, as do campo popular.

Segundo Torres (2008, p. 14), todas as propostas de educação popular, na América Latina, fazem referência ao caráter injusto da ordem social de tipo capitalista. De acordo com o autor (2008, p. 22), a educação popular pode ser definida como práticas sociais e elaborações discursivas nos espaços da educação com a intenção de contribuir para que as camadas populares possam se constituir sujeitos de transformação da ordem social injusta.

Para Freire o ser humano se relaciona com o mundo como sujeito de conhecimento e isso o leva ao conceito de *conscientização* como tomada de consciência crítica e de ação transformadora da realidade que o oprime. A conscientização se dá na relação dialógica com o outro, em processos sociais de interação que levam à constituição de sujeitos de sua história. Afirmar Freitas (2008, p. 99-100): “É através da conscientização que os sujeitos assumem seu compromisso histórico no processo de fazer e refazer o mundo, dentro de possibilidades concretas, fazendo e refazendo também a si mesmos”.

Entretanto, não se pode desconhecer que, hoje, cada vez mais, os interesses capitalistas *conformam* os indivíduos, tanto no campo da economia, como da política, da cultura ou da educação. Cada vez mais, as pessoas são *construídas* pelos valores do sistema capitalista. Da lógica capitalista nasce uma ampla estrutura de controle social que não se reduz apenas ao



**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

poder de apropriação da mais-valia econômica, mas na apropriação do próprio modo de ser das pessoas (GUATTARI; ROLNIK, 2000).

Porém, também não se pode desconhecer que o debate sobre essas contradições podem levar à consciência política e à constituição de forças capazes de se contrapor ao sistema, através de movimentos sociais. Pelo reconhecimento, análise e interpretação das contradições, isto é, pela conscientização, os indivíduos associados podem reconstruir *caminhos pedagógicos* da cooperação ao se fazerem sujeitos e atores políticos pelo debate sobre a experiência social da organização cooperativa, instituindo uma *interação educativa*.

### Conclusões

Diante de sua ressignificação como movimento social, a qualificação para a cooperação ganha importância, desafiando para a adoção de práticas de educação popular. As práticas de organização e funcionamento de uma cooperativa podem vir a ser espaço privilegiado de interação educativa, seja pelo diálogo sobre a cooperação em si, ou seja, pelo debate sobre as contradições inerentes a essas práticas, em meio a uma racionalidade econômica, pautada pela concorrência entre as unidades econômicas e pela busca da remuneração do capital.

Pode-se reconhecer o encontro entre a concepção de educação popular e a história do movimento cooperativo como um movimento social de reação à submissão do trabalho ao capital. Nesse reconhecimento está o potencial educativo do movimento cooperativo, apesar dos limites que advêm de seu atrelamento e sua instrumentalização em favor do projeto do capital. Esse potencial educativo não decorre de conceituação teórica da organização cooperativa. Decorre da conscientização de seus associados em relação às contradições do sistema maior o qual buscam transformar e que submete tanto o coletivo da cooperação como os próprios associados, individualmente. As práticas contraditórias do processo social da organização e do funcionamento de uma cooperativa, na economia de mercado capitalista, permitem reconhecer o seu potencial de educação popular. Ao serem submetidas ao diálogo entre seus associados, questionando-as, pode-se promover consciência a respeito das práticas cooperativas.

### Referências

DUBET, François. Sociologia da Experiência. Lisboa: Instituto Piaget, 1994.

FRANTZ, Walter. Organização cooperativa. Campo de educação e espaço de poder. In: Perspectiva Econômica, vol. 37, nº 119, Série Cooperativismo nº 52, p. 65-84. São Leopoldo: UNISINOS, 2002.

FRANTZ, Walter. Reflexões em torno da agricultura familiar. In: ANDRIOLI, Antônio, Inácio (org.). Tecnologia e agricultura familiar: uma relação de educação. Ijuí: Editora UNIJUI, 2009, p. 137-187.



**Modalidade do trabalho:** Ensaio teórico

**Evento:** 2011 JP - XVI Jornada de Pesquisa

FREITAS, Ana Lúcia Souza de. Conscientização. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 99-101.

GUARESCHI, Pedrinho. Empoderamento. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 165-166.

GUATTARI, Felix; ROLNIK, Suely. Micropolítica. Cartografias do Desejo. 6. ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2000. 327p.

MARÉCHAL, Jean-Paul. Humanizar a economia. Lisboa: Instituto Piaget, 2000. MARQUES, Mario Osório. Educação/Interlocução, Aprendizagem/Reconstrução de saberes. Ijuí: Editora Unijuí, 1996.

TORRES, Alfonso. La educación popular. Trayectoria y actualidad. Bogotá: Editorial El Buho, 2008.

VESTER, Michael. Die Entstehung des Proletariats als Lernprozess. Die Entstehung antikapitalistischer Theorie und Praxis in England 1792-1848. Frankfurt am Main: Europäische Verlagsanstalt, 1975.

ZITKOSKI, Jaime José. Diálogo/dialogicidade. In: STRECK, Danilo; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime José (orgs.). Dicionário Paulo Freire. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008, p. 130-131.